

FACULDADE DE DIREITO UNIVERSIDADE DE LISBOA

DIREITO DO AMBIENTE PROGRAMA 2018/ 2019 (DIA)

Regência:

Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva

VERDE COR DE DIREITO LIÇÕES DE DIREITO DO AMBIENTE

I – AMBIENTE E DIREITO. VERDES SÃO TAMBÉM OS DIREITOS DO HOMEM

- 1- A protecção do ambiente como questão política da actualidade. Dos movimentos sociais às novas leis de protecção do ambiente
- 2- A defesa do ambiente como problema jurídico
 - 2.1- Verdes são também os Direitos do Homem. A protecção jurídica subjectiva do ambiente
 - 2.2- O Estado Pós-social como “Estado de Ambiente”. A dimensão objectiva da protecção ambiental
 - 2.3- Direito fundamental ao Ambiente e protecção objectiva da Natureza. Em busca de um antropocentrismo ecológico
- 3- As fontes do Direito do Ambiente. A multiplicidade de fontes e o problema da codificação. A Lei de Bases do Ambiente
- 4- O problema da autonomia do Direito do Ambiente como disciplina jurídica. As diferentes perspectivas de abordagem e a multidisciplinaridade do Direito do Ambiente
- 5- O “posto de observação” ius-ambiental escolhido: o Direito Administrativo do Ambiente

II – DA CONSTITUIÇÃO VERDE PARA AS RELAÇÕES JURÍDICAS MULTILATERAIS DE AMBIENTE

- 1- Os princípios constitucionais em matéria de ambiente
 - 1.1- Os princípios fundamentais da prevenção, do desenvolvimento sustentável, do aproveitamento racional dos recursos naturais e do poluidor-pagador
 - 1.2- Sentido e alcance dos princípios jurídicos ambientais em face da Administração
- 2- O direito ao ambiente como direito fundamental
 - 2.1- A dupla natureza do direito ambiente como direito subjectivo e como estrutura objectiva da colectividade

- 2.2- O alargamento dos direitos subjectivos públicos e as relações jurídicas de ambiente
- 3- As relações jurídicas multilaterais de Direito do Ambiente
- 4- Os sujeitos das relações administrativas ambientais
 - 4.1- Sujeitos privados
 - 4.2- Sujeitos públicos
 - 4.3- Especificidades da situação jurídica dos animais

III – AMBIENTE DE PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTO DE AMBIENTE

- 1- Procedimento e participação ambientais
- 2- A participação no procedimento legislativo de ambiente
- 3- A participação no procedimento administrativo para defesa do ambiente
 - 3.1- Os direitos de participação nos procedimentos administrativos ambientais de massa e nos de reduzido número de afectados
 - 3.2- Em especial, o direito de audiência
- 4- O procedimento administrativo de avaliação do impacto ambiental

IV – VERDE AGIR: FORMAS DE ACTUAÇÃO ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL

- 1- A licença ambiental e os procedimentos complexos de licenciamento da atividade económica
- 2- A contratação pública em matéria de ambiente
 - 2.1- A contratação pública verde (“green public procurement”)
 - 2.2- O caso dos contratos de promoção e de adaptação ambiental
- 3- Os instrumentos de mercado em matéria ambiental
 - 3.1- A eco-etiqueta ou rótulo ecológico
 - 3.2- A ecogestão e as eco-auditorias
 - 3.3- O comércio europeu de licenças de emissão
- 4- Planificação ambiental
 - 4.1- Avaliação de impacto ambiental estratégico
 - 4.2- Planos ambientais
 - 4.3- Planos ambientais e planos de ordenamento do território e do urbanismo

V- RESPONDENDO PELO AMBIENTE: RESPONSABILIDADE CIVIL, PENAL E CONTRA-ORDENACIONAL AMBIENTAL

- 1- A Responsabilidade Civil Ambiental
 - 1.2- Problemas e especificidades da responsabilidade ambiental
 - 1.3- O Direito Europeu da responsabilidade ambiental
 - 1.4- A evolução do regime jurídico português de responsabilidade civil em matéria de ambiente
 - 1.5- O regime jurídico da responsabilidade ambiental
- 2- O Direito Sancionatório do Ambiente
 - 2.1- Admissibilidade e necessidade do Direito Sancionatório do Ambiente
 - 2.2- Alternatividade ou complementaridade da tutela penal e da tutela contra-ordenacional do ambiente?
- 3- O Direito Penal do Ambiente

4- O Direito Contra-ordenacional do Ambiente

VI – CONFLITOS ECOLÓGICOS: O CONTENCIOSO DO AMBIENTE

1- O Processo Verde

1.1- Problemas de jurisdição. A jurisdição administrativa como “tendencialmente verde”

1.2- A questão da adequação dos meios processuais. Défice processual de tutela do ambiente?

2- A Ação Administrativa e a defesa do ambiente

2.1- Em especial, a questão da legitimidade: ação para defesa de direitos subjetivos, ação pública e popular

3- A Intimação para a proteção do direito fundamental ao ambiente

4-As providências cautelares e a proteção do ambiente

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

TIAGO ANTUNES, «Pelos Caminhos Jurídicos do Ambiente – Verdes Textos», AAFDL, Lisboa, 2014.

GOMES CANOTILHO, «Introdução ao Direito do Ambiente», Universidade Aberta, Lisboa, 1998.

CARLA AMADO GOMES, «Introdução ao Direito do Ambiente», AAFDL, 3ª edição, Lisboa, 2014.

CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES (COORDEN.), «O Que Há de Novo no Direito do Ambiente? (Actas da Jornadas de Direito do Ambiente – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)», A.A.F.D.L., Lisboa, 2009.

-- «A Revisão da Lei de Bases do Ambiente (Actas do Colóquio)» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

VIRIATO SOROMENHO MARQUES (coordenação), «Estado e Cidadania – O que impede Boas Políticas?», Esfera do Caos, 2007, páginas 25 e seguintes.

VASCO PEREIRA DA SILVA, «Verde Cor de Direito – Lições de Direito do Ambiente», Almedina, Coimbra, 2002.

-- «Ensinar Verde a Direito. Estudo de Metodologia do Ensino do Direito do Ambiente (em “Ambiente de Bolonha”», Almedina, Coimbra, 2006.

VASCO PEREIRA DA SILVA / INGO WOLFGANG SARLET, «Direito Público Sem Fronteiras» (“e-book”), ICJP, Lisboa, 2011, <http://www.icjp.pt/publicacoes>

ELEMENTOS COMPLEMENTARES DE ESTUDO (TRABALHOS PRÁTICOS)

VASCO PEREIRA DA SILVA / JOÃO MIRANDA / TIAGO ANTUNES / JOSÉ DUARTE COIMBRA, «O Meu Caderno Verde – Trabalhos Práticos de Direito do Ambiente», 3ª edição, AAFDL, Lisboa, 2015.

CARLA AMADO GOMES / TIAGO ANTUNES, «Colectânea de Legislação de Direito do Ambiente», 2 volumes, AAFDL, Lisboa, 2009.